

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2024.

No dia 26 de abril de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência José Duarte de Sousa e Rocha, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente da Câmara, José António dos Santos Vilela e dos Vereadores Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, Manuel Junot, Vítor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Secretariou a reunião o Técnico Superior Luis Manuel Carvalho Moreira.

Eram 15:00 horas quando o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, informando que o Vereador António Rodrigues remeteu um requerimento no dia 24 de abril a requerer a sua substituição para a presente reunião de Câmara ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

Mais informou que o Vereador António Rodrigues será substituído pelo Sr. Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, nos termos do disposto n.º 1, do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, uma vez que a cidadã imediatamente a seguir posicionada na lista de candidatos do PS à Câmara Municipal, Paula de Melo Alves comunicou no dia 24 de abril a impossibilidade de estar presente na presente reunião de Câmara, tendo também requerido a sua substituição nos termos da legislação em vigor.

De seguida, verificada a legitimidade e identidade do Sr. Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, nos termos do previsto n.º 4, do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual,

operou-se a substituição, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal lhe dado posse.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para felicitar e parabenizar: - a Associação Cultural e Recreativa de Sabariz pela recente realização da Feira do Cavalo; - as Associações do concelho que participaram no “Desfile Associativo” na abertura do 38.ºs Jogos Desportivos e nas comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril; - e a Banda Musical de Fornos pelo aniversário dos seus 115 anos de existência.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores para, querendo, intervir.

O Vereador Vitor Quintas usou da palavra para dar os parabéns à brilhante organização das comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril, destacando o Movimento de Cidadãos pelo Mundo, na pessoa do senhor Luis Moreira e o debate que organizou com a presença dos Ex-Presidentes da Câmara Municipal pós 25 de Abril.

Referiu-se também à necessidade de pavimentação da Rua dos Calhaus, em Real, agora que o problema da água já se encontra resolvido.

O Vereador Ricardo Jorge usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a razão de não ter sido endereçado aos Senhores Vereadores o convite para estar presente no Jantar de Homenagem Profissional dos homenageados Dr.^a Natividade Santos e Dr. Manuel Francisco, organizado pelo Rotary Club de Castelo de Paiva. Disse que foi questionado sobre a sua ausência no evento porque teria sido convidado, mas o facto é que não teve conhecimento que se ia realizar a homenagem.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para felicitar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal pelo programa das comemorações do 25 de Abril - data que representa 50 anos de Liberdade em Portugal, enaltecendo o papel das coletividades do concelho na participação que tiveram nessas comemorações, que considera uma marca da ação associativa no nosso concelho e também o trabalho desenvolvido

pelo Movimento de Cidadãos do Mundo na organização do debate sobre o tema “50 Anos de Liberdade e Democracia” realizado no passado dia 20 de Abril, que dignificou este momento alto da Democracia.

Justificou a ausência do Vereador António Rodrigues, por motivos de saúde.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para agradecer as palavras dos Senhores Vereadores sobre a boa organização das comemorações do 50.º aniversário de 25 de Abril de 1974 e para realçar que o 25 de Abril é debate, é Liberdade.

Sobre a pavimentação da Rua dos Calhaus, Real disse que para este ano não está prevista a realização da obra, que não faz parte da lista de prioridades de necessidades acordada com a Junta de Freguesia de Real, pois trata-se de um caminho para uma só casa e que não é de primeira habitação.

Quanto ao convite do Rotary Clube de Castelo de Paiva para estarem presentes na Jantar de Homenagem Profissional disse ter ficado com a ideia de que esse convite era só para os membros do executivo em permanência.

Desejou as melhorias ao Vereador António Rodrigues e que regresse com boa saúde.

O Vereador Ricardo Jorge, intervindo novamente, disse, relativamente ao convite do Rotary Clube de Castelo de Paiva, que o executivo municipal é constituído por sete membros e não três.

Quanto às comemorações do 50.º aniversário do 25 de abril e ao debate que as integrou disse que o Município de Castelo de Paiva deu um bom exemplo em comparação com o que passou na Assembleia da República.

Desejou rápidas melhorias ao Vereador António Rodrigues.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 24 de abril de 2024, cujo saldo totaliza a quantia de 5.595.130,50 €.

2. – ATAS.

2.1. - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE DEZEMBRO - APROVAÇÃO.

Presente a ata da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

2.2. - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO - APROVAÇÃO.

Presente a ata da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

3.1. - PROC. 10/2023 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO CALÇODEIRO E ARRUAMENTOS ENVOLVENTES E DA RUA DE S. JOSÉ – UF DA RAIWA, PEDORIDO E PARAÍSO – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Presente para apreciação e deliberação uma informação do Diretor da Fiscalização da obra referente ao assunto em título, que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que os Vereadores do PS não se opõem e votam favoravelmente a aprovação dos trabalhos complementares e a prorrogação do prazo de execução dos trabalhos, deduzindo que os serviços municipais acautelaram o cumprimento dos procedimentos legais exigidos. Deixou o contributo ao Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vice-Presidente da Câmara para que neste

tipo de intervenções se acautele logo no início da obra estes alargamentos.

O Sr. Presidente da Câmara disse concordar com esta recomendação do Vereador José Manuel Carvalho de precaver estes alargamentos em situações futuras, mas que, neste caso, o acordo com o proprietário só agora foi possível.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar os trabalhos complementares no montante de 17.811,20€ mais IVA e conceder uma prorrogação do prazo para a execução dos trabalhos de 60 dias.

Mais deliberou aprovar a minuta do contrato adicional n.º 1 e conferir poderes ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para a outorga do referido contrato.

4. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

4.1. - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ANUAIS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS E RECREATIVAS DO CONCELHO – 2024 – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

A Vereadora Liliana Vieira apresentou a seguinte proposta: “A presente proposta de atribuição de subsídios anuais às Associações desportivas, culturais e recreativas do concelho de Castelo de Paiva para o ano em curso, decorre das candidaturas que foram apresentadas pelas entidades e que mereceram a análise e a validação do Gabinete de Cultura e Desporto desta Câmara Municipal, em obediência ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios.

Face ao exposto e considerando:

1. Que a prática desportiva constitui um fator de inclusão social, de criação de princípios de tolerância, de estabelecimento de valores de solidariedade indissociáveis do processo de formação do indivíduo e de criação de hábitos de vida saudáveis;

2. Que a promoção e o apoio da prática desportiva é uma das competências das Autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações;
3. Que o Município de Castelo de Paiva e as coletividades de âmbito cultural e recreativo partilham o objetivo de promover a salvaguarda, valorização e dinamização do património cultural do concelho, em consonância com os deveres estatutários destas últimas e com as atribuições em matéria cultural a prosseguir pelo Município;
4. Que o investimento na dinamização e na produção cultural, nas diferentes áreas, deve constituir-se como uma prioridade estratégica do Município;
5. Que o apoio ao movimento associativo assume grande relevância para a realização das suas atividades, considerando-se os clubes e as associações desportivas, culturais e recreativas parceiros sociais de indiscutível interesse público.

Proponho:

- Que nos termos do previsto nas alíneas e) e f) do art.º 23.º, e na alínea u) do nº 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o art.º 2.º, do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios, V. Exa. podere propor ao órgão executivo que delibere atribuir os subsídios propostos no mapa remetido em anexo à presente proposta e que importam no montante total de 9.000€ (Nove mil euros).”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir os subsídios propostos.

5. - ELABORAÇÃO/REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Presente a seguinte proposta do Núcleo da Educação, Acção Social e Saúde: “Dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, o Município de Castelo de Paiva procedeu à Elaboração /Revisão da sua Carta Educativa.

O processo de revisão foi pautado por diversos contatos entre a equipa técnica da FNWAY e da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, visando articular da melhor forma os trabalhos associados.

Para além destes contatos, que se traduziram em várias reuniões de natureza formal e informal, foram também organizados momentos de interação com os agentes educativos do Município, dos quais se destacam os seguintes:

1. Mobilização das instituições de educação e ensino municipais para a disponibilização de dados e conteúdos fundamentais à elaboração do Diagnóstico Estratégico Educativo;
2. Discussão e recolha de contributos no âmbito das propostas de reconfiguração da rede, de forma a integrar as preocupações, ideias e experiências da comunidade educativa numa das componentes inerentes à construção da estratégia educativa local;
3. Recolha de regtos fotográficos do interior e exterior dos estabelecimentos de ensino;
4. Recolha de regtos fotográficos das Paragens de Autocarro e dos circuitos de transporte em carreira pública.

No decorrer da auscultação à comunidade, no âmbito das propostas a incluir no documento, foram ouvidos diversos agentes sociais, culturais, desportivos e educativos, tal como os Agrupamentos de Escola, IPSS, Juntas/Unões de Freguesia e demais eleitos locais (Vereadores da Oposição e Presidente da Assembleia Municipal, em sua representação), Forças de Segurança Pública, Centro de Saúde, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Academia de Música, Centros de Formação, entre outros.

Findas estas reuniões sectoriais, o documento da Revisão da Carta Educativa foi apresentado na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada a 23 de Outubro de 2023, tendo os Conselheiros emitido Parecer Positivo.

Posteriormente o documento foi submetido na Plataforma de Sistema de Avaliação das Cartas Educativas (SACE) do Instituto de Gestão finan-

ceira da Educação (IGEFE), tendo o Município recebido a notificação a 13 de Março de que a mesma reunia as condições para pronúncia do Ministério da Educação, a coberto do Decreto-lei nº 21/2019.

No entanto, para a continuidade do processo de validação e aprovação, será necessário o parecer da Assembleia Municipal sobre o referido documento estratégico.

De ressalvar que, assumindo-se como um instrumento de planeamento e gestão de nível concelhio, a Carta Educativa será alvo de acompanhamento, avaliação e monitorização permanentes, para que se alcance uma realidade localmente construída, tendo por base uma crítica constante de processos, metodologias, estratégias, recursos, resultados e ainda a mobilização e participação de todos os interessados pelas questões educativas.

Neste sentido, proponho o envio da Carta Educativa à Câmara Municipal para a aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal para o mesmo efeito, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro.”

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que este ponto já esteve agendado em reunião anterior, sendo que foi retirado da ordem de trabalhos a pedido dos Senhores Vereadores para poderem ter mais tempo para analisar a Carta Educativa.

Salientou que se trata de um documento orientador, não impõe, apenas reflete o que poderá vir a ser a educação em Castelo de Paiva se não houver uma inversão dos números, e se o concelho continuar a ter uma baixa taxa de natalidade e a perder alunos.

Agradeceu a presença do Dr. Ricardo Agostinho, da Equipa Técnica da “FNWAY, Consulting & Innovation” - empresa responsável pela elaboração do Projeto de Revisão da Carta Educativa, a quem pediu que fizesse a apresentação do documento.

O Dr. Ricardo Agostinho usou da palavra para dizer que a elaboração da Carta Educativa passou por três etapas e houve uma fase fundamental que teve a ver com o processo de auscultação, ou seja, um documento

que de acordo com a visão do executivo e com a própria metodologia da empresa se queria participativo, e isso originou que fossem feitas treze sessões de entrevistas, sessões em grupo, entrevistas conjuntas e entrevistas individuais, tendo na sua globalidade sido ouvidos 48 agentes educativos desde Juntas de Freguesia, tecido associativo, entidades ligadas à educação, técnicos do Município, executivo municipal, tecido empresarial local e a própria “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, no intuito de procurar obter o máximo de contributos para que o documento fosse sustentado e sólido aquilo que é o seu plano de ação.

Informou que o diagnóstico percorreu um conjunto de variáveis territoriais, demográficas, socioeconómicas, educativas e o estudo prospetivo que é fundamental para conseguirem planear.

Deu nota que o documento é extenso, tem um conjunto de reflexões sobre cada domínio que influencia o território e que resulta num resumo das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Informou que o estudo prospetivo é o que permite perceber qual é a tendência da evolução da população. Disse que fizeram este exercício até 2035, e aquilo que se perspetiva, com vários cruzamentos de variáveis, é uma tendência para a continuação de perda de população: em 2021, de acordo com os “Censos”, o concelho tinha 15.586 habitantes, aquilo que se perspetiva num cenário de população fechada, ou seja, indo apenas a variáveis que têm a ver com os nascimentos e os óbitos, seria para uma população de 14.987 habitantes em 2035; se forem a um cenário de população aberta, onde também entra uma variável que tem a ver com as migrações, aí o cenário é ainda pior perspetivando-se a tendência atual de não entrada e de não fixação de população migrante, pelo que ter-se-ia uma população de 13.578 habitantes, sensivelmente. Referiu que isso também se reflete nas freguesias, dado que há freguesias com perdas mais significativas, sobretudo aquelas mais afastadas da sede de concelho: cerca de 18% em Santa Maria de Sardoura; cerca de 18% na UF da

Raiva, Pedorido e Paraíso; cerca de 13% em Real, e depois, com perdas menos significativas junto à sede do concelho, ou seja, uma tendência de esvaziamento populacional das áreas mais periféricas, mais rurais, que obriga também a olhar para a manutenção e a sustentabilidade dos equipamentos escolares e da oferta educativa.

Deu nota que também é feito este estudo prospetivo para a evolução da população estudantil. Disse que isso refletiu-se em perdas na ordem dos 56%, por exemplo, naquilo que tem a ver com a educação pré-escolar e 41% naquilo que tem a ver com o ensino secundário: UF da Raiva, Pedorido e Paraíso com 35% de perda relativamente ao que era a situação em 2021; Santa Maria de Sardoura com perdas de 42% estimadas relativamente à população estudantil, ou seja, aquilo que se perspetiva vir a ser a população estudantil em 2035.

Salientou que este cenário de perda quer da população residente, quer da população estudantil obriga a olhar para o território, para a oferta educativa e para a gestão da rede educativa numa perspetiva estratégica, mas como o Sr. Presidente da Câmara referiu, e bem, é um exercício que parte de uma base que é o dia em que foi elaborado este estudo, com os dados atuais, que perspetiva e acompanha tendências evolutivas nos próximos anos, mas que podem, ou não, vir a manifestar-se na realidade, ou seja, questões demográficas, questões sociais, questões económicas que podem de alguma forma influenciar esta tendência evolutiva e que podem, de alguma forma, obrigar a rever o documento a qualquer momento, algo que pode ser feito, porque, por lei, deve ser revisto a cada 10 anos, obrigatoriamente, mas pode também ser revisto sempre que haja condições sociais, económicas, demográficas, seja o que for, que alteram o estudo prospetivo que foi elaborado.

Deu nota que o documento tem um conjunto de indicações estratégicas daquilo que poderá ser o futuro a 10 anos, mas que pode, e deve, ser alterado sempre que haja questões que o justifiquem ao longo do percurso.

Informou que o plano de ação está sustentado numa visão em três eixos estratégicos: um tem a ver com uma rede de equipamentos educativos equilibrada e de excelência, que tem a ver propriamente com a rede educativa; um outro que tem a ver com a oferta formativa e o sucesso escolar; um terceiro eixo que tem a ver com a inclusão e a atratividade dos grupos mais vulneráveis e a atratividade e fixação de pessoas ao território, ou seja, no fundo, é também procurar apontar um conjunto de caminhos que mitiguem, dinamizem e que, de alguma forma, procurem até inverter o cenário de perda populacional. Ou seja, disse, na própria Carta Educativa já propõem um conjunto de medidas que de alguma forma alterem a estratégia que foi delineada, embora a estratégia que está delineada é considerando o pior dos cenários de perda populacional que se procurará inverter através de um conjunto de outras medidas.

Deu nota que incidindo mais naquilo que tem a ver com as medidas que interferem com a rede educativa e que interferem com a reorganização dos equipamentos e a centralização, ou não, de vários equipamentos, em concreto na medida 1.1 que está dividida em três horizontes temporais, ou seja, a curto, a médio e a longo prazo. Disse que a curto prazo serão aquelas medidas a implementar já no presente ano letivo, sendo que até já estão algumas implementadas; outras a médio prazo até 2028, e a longo prazo até 2035. Concretizou, referindo que, no curto prazo, aquilo que está proposto no documento é a suspensão do ensino pré-escolar na Escola Básica da Póvoa, na Escola Básica de Oliveira Reguengo e no Jardim de Infância de Vila Verde, e ter escolas de acolhimento para estes poucos alunos, ou seja, em 2022/2023, por exemplo, estavam 5 inscritos no ensino pré-escolar na Póvoa, 6 inscritos em Oliveira Reguengo e 9 inscritos em Vila Verde. Referiu que isso coloca desafios e constrangimentos à sustentabilidade e à manutenção desses equipamentos, pelo que a intenção que já está concretizada em algumas delas é migrar esta população estudantil para escolas de acolhimento, neste caso, a da Póvoa passará para Oliveira do Arda; Jardim de Infância de Pereire para

acolher Oliveira Reguengo e Vista Alegre para acolher Vila Verde. Informou que no primeiro ciclo há a suspensão da Escola Básica de Serradêlo e o acolhimento na Escola Básica de Oliveira do Arda enquanto escola que irá centralizar já no curto prazo os 10 alunos inscritos que estavam em 2022/2023 na escola de Serradêlo.

Deu nota que no médio prazo propõe-se a suspensão da oferta de ensino ao nível do pré-escolar em Casal da Renda e passar a concentrar no Jardim de infância de Oliveira do Arda, e a mesma coisa na Escola Básica de Raiva e passar a centralizar no Jardim de Infância de Oliveira do Arda. Disse que no primeiro ciclo há mais uma vez a incidência na oferta em Casal da Renda, que em 2023/2024 tinha 10 inscritos, Raiva tinha 11 inscritos e a Póvoa tinha 21 inscritos, e concentrar estes inscritos na Escola Básica de Oliveira do Arda, que passaria a acolher também os alunos originários destes 3 equipamentos.

Referiu que no longo prazo aquilo que se pretende é a eventual constituição de 3 centros escolares ao nível da oferta do ensino pré-escolar e do primeiro-ciclo do ensino básico, nomeadamente ficar centrado no centro escolar de Oliveira do Arda, centro escolar de Pereire e centro escolar de Castelo de Paiva. Disse que há outra hipótese de trabalho: a própria “Dgeste” quando se pronunciou, uma das poucas alterações que sugeriu ao documento foi precisamente de colocar a hipótese da reconversão da Escola Básica de segundo e terceiro-ciclo do Couto Mineiro do Pejão num polo de formação profissional; que é uma intenção, ou seja, não é algo que seja assumido como uma certeza absoluta, é uma hipótese de trabalho que a “Dgeste” quis que se colocasse.

Salientou que este é um dos caminhos a seguir no longo prazo que depois pode também ser uma mais-valia para este território: por um lado, está a “suprimir” aquilo que é o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro de Pejão, mas por outro lado está a propor e a sua reconversão para o ensino profissional que terá capacidade de atrair a população estudantil para esta parte do concelho com menos população residente e com

menos população jovem. Disse que este polo profissional poderá também ser um fator de maior fixação de pessoas nesse território.

Informou que há também a intenção de requalificar a antiga EB2/3 de Castelo de Paiva para acolher as crianças do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo que frequentam este equipamento. Referiu que é mais uma intervenção no sentido da requalificação do existente e não tanto em termos de encerramentos e de reconversões de escolas.

Deu nota dos dois eixos estratégicos que vão além da rede educativa e que estão relacionados com a oferta formativa, abrangendo questões desde a reforço e diversificação da estrutura de apoio socioeducativo dos agrupamentos de escolas; a dinamização de atividades educativas em contexto escolar em articulação com o tecido associativo (foi uma das conclusões que foram retirando dos contactos que fizeram com as várias entidades); reforço e desenvolvimento de iniciativas de educação para a cidadania ativa, participativa e informada; promoção e valorização do mérito escolar, e ainda dentro deste eixo, o reforço da aposta no ensino profissional, não só no existente, mas também na criação de um polo de formação profissional em Castelo de Paiva; a aproximação das escolas ao tecido empresarial no sentido de o dinamizar, mas também de o articular com a oferta educativa; reconhecer Castelo de Paiva como um território de referência no ensino da música alicerçado, sobretudo, no trabalho da Academia de Música; a aposta na formação contínua do corpo docente e não docente.

Relativamente ao eixo estratégico 3: contribuir para a integração, inclusão e envolvimento da comunidade educativa, tendo a ver com questões de parentalidade ativa e de requalificação e refuncionalização de escolas desativadas; questões relacionadas com a educação e formação ao longo da vida, olhando também para outros grupos etários e para a Universidade Sénior, por exemplo, para a formação ao longo da vida; reforço dos apoios à natalidade no sentido de procurar inverter o cenário de perda demográfica; reforço dos apoios à natalidade e às famílias na garantia de

resposta ao nível da creche; desenvolvimento de uma plataforma de divulgação de procura de emprego qualificado e articulado com o tecido empresarial; reforço da necessidade de melhoria das acessibilidades.

Quanto aos mecanismos de monitorização e de avaliação de todo este processo, informou que há uma equipa técnica do Município que está adstrita a este processo no sentido de recolher e tratar a informação; o Observatório da Educação que se pretende também criar e que deve integrar e apresentar informação e indicadores de avaliação dos resultados, bem como relatórios anuais relativos à implementação do documento no sentido de detetar desvios face ao inicialmente definido e propor a nova revisão da Carta Educativa, ou os reajustes necessário à proposta que se apresenta.

Relativamente ao modelo de governação, referiu que o Município acaba por estar aqui como um elo de ligação entre a administração central, entidades intermunicipais, Conselho Municipal de Educação, divisão responsável pela área da educação no Município e a comunidade educativa, também sempre interligada com o Município. Por sua vez, disse, o Município faz a ligação com as entidades que lhe estão num patamar superior no sentido de agilizar a implementação destas medidas, ou de as refletir e reformular para que possam verter sempre aquilo que são as dinâmicas sociais, económicas e demográficas vigentes, e que se perspetivam, e que a qualquer momento poderão obrigar, ou não, a implementar aquilo que está previsto no documento, ou a reformular aquilo que está previsto implementar para seguir outros caminhos que sejam coincidentes com cenário que se perspetiva. Salientou que com o cenário que se perspetiva ao dia de hoje esta é a estratégia que lhes parece a mais adequada, validada com o executivo, e adaptada às condições do momento, mas aberta a ajustes sempre que seja necessário.

O Vereador Vitor Quintas usou da palavra para dizer que o executivo esteve em reunião sobre esta matéria há um mês, e o próprio recebeu nos últimos dias um e-mail do baixo concelho no qual todos os elementos da

Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, que, curiosamente, é representada por todos os movimentos e partidos que estão representados nesta mesa, a requererem que se repondere o conteúdo e o texto desta Carta Educativa. Disse que no texto do e-mail é dito que tiveram uma reunião com os outros Presidentes de Junta e que estes também entendiam da mesma forma, pelo que questionava o executivo em permanência se, eventualmente, pensaram na possibilidade, ou não, de se alterar a Carta educativa, e se não será prudente o fazerem reunindo o executivo da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia, no sentido de se chegar a um entendimento que seja o mais uniforme possível com todos estes *players* do nosso concelho relativamente a esta matéria.

Deu nota que o Dr. Ricardo Agostinho referiu que a Carta Educativa está aberta a ajustes, tendo questionado se hoje, ou amanhã, podiam fazer uma alteração ou se há um período mínimo em que o documento tem que estar em vigor.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para agradecer a apresentação que foi feita da Carta Educativa pela equipa técnica que foi contratada para realizar a sua revisão.

Deu nota que estão perante um documento estratégico que se reveste de particular importância pela dimensão que tem em termos de projeção futura, e um documento que deve merecer da parte do executivo a devida ponderação naquilo que é decisão que vão tomar e, acima de tudo, cabal conhecimento do que ali está transcrito, razão pela qual há três semanas atrás manifestou o seu desagrado, a sua estranheza, pela forma como este ponto tão importante foi apresentado sem qualquer intervenção por parte do executivo em permanência.

Referiu que de lá até aqui nada mudou, naturalmente, o documento é o mesmo, a intervenção de fundo que fez à altura mantém-se na íntegra, apenas com a faculdade que, entretanto, lhes foi dada de melhor ponderar com o tempo sobre o que ali está escrito, mas também de ir recebendo contributos que lhes foram chegando por parte da comunidade. Disse

que um deles já foi referido pelo Vereador Victor Quintas, nomeadamente a participação com uma deliberação da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso que também foi subscrita por todos os membros da Assembleia de Freguesia daquela União de Freguesias, e como disse, e bem, o Vereador Vitor Quintas, composta por todos os partidos e movimentos que estão representados neste órgão executivo, que não tiveram qualquer pejo em subscrever o que está escrito. Defendeu que a retórica que está a ser introduzida, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara em relação ao facto deste documento ser um documento orientador, mas não vinculativo, é uma retórica que não colhe de si, porque a sua opinião é a de que a Carta Educativa de Castelo de Paiva que o Sr. Presidente da Câmara está a propor para aprovação é, em bom rigor, um “cheque em branco” para que os decisores ao nível da educação, nomeadamente a “Dgeste”, possam fazer o que bem entender daquilo que será a reorganização da educação em Castelo de Paiva.

Referiu que relativamente ao processo de auscultação que foi desenvolvido na elaboração da Carta Educativa, nomeadamente na primeira fase de diagnóstico e auscultação da comunidade, e bem, mas que se tente dai induzir que há de alguma forma contributos, designadamente dos Vereadores que constituem o executivo, mas também da comunidade e, em particular, das Juntas de Freguesia, que levaram a que o caminho a seguir fosse este é algo que não pode subscrever, porque os contributos que foram dados (só pode reportar-se aos seus contributos) foi numa perspetiva, por um lado positiva daquilo que é a linha de pensamento estratégico dos Vereadores do PS para o concelho, mas também o feedback que lhes chegou, nomeadamente no documento que foi subscrito pela UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, de que, supostamente, aquando da reunião com os Presidentes de Junta nessa fase prospectiva todos se manifestaram contra o encerramento do ensino nas suas freguesias.

Defendeu que os indicadores são o que são, mas também, por um lado devem ser analisados numa perspetiva daquilo que são as tendências,

mas por outro lado devem ter a capacidade de encontrar medidas que possam mitigar os indicadores menos favoráveis.

Recordava a análise que foi feita pelo Dr. Ricardo Agostinho ao nível da tendência de população do concelho com as projeções futuras, tendo por um lado uma análise centrada naquilo que são os indicadores fixos - natalidade e óbitos - mas por outro lado, incluindo numa outra análise fatores variáveis como a migração, sendo que não consegue compreender, com toda a frontalidade, como é que considerando essa variável os cenários seriam ainda piores, porque isso pode ser revelador de que são todos incapazes de atrair população para Castelo de Paiva e que, pelo contrário, aquilo que se perspetiva no trabalho da empresa é que serão capazes de obrigar a que haja movimentos migratórios para fora, algo que não pode aceitar, dado que a função dos Vereadores enquanto eleitos locais é a de trabalhar para mitigar esses efeitos e, acima de tudo, com uma ideia otimista, para não dizer que deve ser realista, de que serão capazes de desenvolver políticas de atração e de fixação de pessoas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento do nosso território: com a questão da habitação, nomeadamente ao nível da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, mas também através da dinâmica dos particulares no âmbito do desenvolvimento urbanístico do concelho, da criação de postos de trabalho e também ao nível da atratividade de investimento para o concelho, da criação de condições de vida para quem cá reside, mas também que essas condições de vida sejam atrativas para que outras pessoas se possam fixar no concelho e, portanto, não consegue compreender que se incluïrem essas variáveis ao nível dos fluxos migratórios o cenário seja ainda pior.

Recordava o que disse na reunião anterior sobre o número de alunos. Disse que se a análise for feita, reportando-se aos dados que se apresentam no estudo da empresa, utilizando os indicadores de 2012/2013 até 2022/2023, e se nessa análise se incluir o total de alunos a frequentar o ensino em Castelo de Paiva, e não apenas os alunos que estão inscritos

nos dois agrupamentos, a tendência até é claramente surpreendente e positiva, ou seja, o total de alunos que estava inscrito em 2022/2023 consegue ser superior ao total de alunos que estava inscrito, por exemplo, em 2016/2017; se virem o indicador do número de alunos por comparação do Município de Castelo de Paiva com a nossa “Nut” do Tâmega Sousa, com a região Norte e com o país, claramente, a curva descendente que existe em todo o território, no nosso concelho em concreto, estabiliza a partir de 2016/2017, ou seja, mesmo numa análise técnica, diria que há indicadores que lhes permitem ser mais otimistas naquilo que é a projeção futura do número de alunos. Referiu que basta consultar a página 69 e 70 do documento para constatar que os gráficos são reveladores daquilo que acabou de referir.

Deu nota que há um dado que para si é essencial na Carta Educativa, que é o facto de estarem a assumir, ou a tentar assumir, que este documento estratégico seja orientador para a criação de assimetrias, ou para que elas se adensem ainda mais dentro do concelho. Disse que não podem estar, por um lado, a defender as nove freguesias e, por outro lado, a esvaziá-las das suas valências; não podem defender as nove freguesias porque é um chavão politicamente interessante e, no momento seguinte, estar a dizer que vão encerrar por completo o ensino em seis dessas freguesias.

Defendeu que é quase insultuoso projetar num documento destes o encerramento do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão. Referiu que estão a falar de uma luta de décadas, há autarcas que muito lutaram para que aquele agrupamento de escolas fosse possível, e estar a dar um sinal de que o caminho será o encerramento daquele agrupamento de escolas é um sinal de que os Paivense não podem aceitar, e a população do Couto Mineiro do Pejão, em particular, terá de rejeitar de forma veemente. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara que tenha a capacidade de, por um lado, os ouvir, como normalmente faz, mas para além de os ouvir, de perceber que a intervenção dos Vereadores é em defesa de Cas-

telo de Paiva; que se isso não bastar, sugeria que ouça também os seus pares: o documento que foi subscrito na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, foi-o também pelo candidato do Sr. Presidente da Câmara àquela União de Freguesias, pelo que a não ser que haja aqui uma bipolaridade política, o facto é que também esse eleito local, independentemente do partido pelo qual foi eleito, subscreveu aquilo que é o repúdio por aquilo que se está a tentar fazer ao Couto Mineiro do Pejão.

Realçou que, primeiro, não podem aceitar a mensagem de que este documento estratégico é um documento meramente indicativo, não vinculativo, porque não é; segundo, acha que é contestável a forma como foi projetado o futuro do Castelo de Paiva, é um indicador que penaliza o próprio executivo em permanência, porque se o seu Presidente, e o seu executivo, se reveem nestes indicadores, estão a assumir claramente que desistiram de Castelo de Paiva e que não terão capacidade de desenvolver políticas para fixar pessoas e para atrair pessoas; que na sua essência, o documento é penalizador para seis das nove freguesias, mas é insultuoso para o Couto Mineiro do Pejão.

O Vereador Ricardo Jorge usou da palavra para dizer que queria fazer uma saudação, um lamento e dar a sua opinião: a saudação tem a ver com a possibilidade de terem na reunião de Câmara um dos técnicos que elaborou a Carta Educativa a dar-lhes mais alguma explicação sobre o documento e a forma como chegaram a algumas conclusões que dele constam; que o lamento tem a ver com o facto de o executivo na última reunião de Câmara, quando discutiam este ponto, depois de na sua intervenção ter sugerido a retirada do ponto, com a qual todos concordaram, no final da reunião estavam todos a agendar a próxima reunião de Câmara e referiu que no dia 2 não tinha disponibilidade para estar na reunião, tinha outro compromisso, e tentaram arranjar outras datas que fossem do acordo de todos e não foi possível, tendo a Vereadora Liliana Vieira sugerido que este ponto podia vir à reunião de Maio, sugestão com a qual o Sr. Presidente da Câmara concordou, tal como o próprio,

pelo que foi com alguma surpresa que viu o agendamento deste ponto na terça-feira de manhã (foi-lhes enviada a agenda na segunda-feira à tardinha), e nesse dia esteve todo dia ocupado; ao fim do dia saiu do concelho e regressou já na quinta-feira de madrugada (dia 25 de abril); hoje de manhã teve uma diligência e cá está para discutir a Carta Educativa. Referiu que, por isso, teve de incomodar terceiras pessoas para assegurar “as pontas” daquilo que tinha que fazer da parte da tarde, mas não podia deixar de estar presente sob pena de ter proposto o adiamento do ponto da reunião anterior e depois ser acusado no dia em que vem o ponto de não estar presente.

Referiu que reiterava um pouco daquilo que foi a sua intervenção na reunião anterior, isto é, também não pode concordar com o teor da Carta Educativa. Disse que há duas coisas fundamentais que o levam a essa opinião: a primeira, é que os indicadores que são ali apresentados não levaram em conta aquilo que é a capacidade do executivo para o futuro, ou seja, aquilo são uns números, um prognóstico em função daquilo que são os números passados. Defendeu que têm capacidade para inverter esses números e, que tal como disse na reunião anterior, quando se candidataram nas últimas eleições autárquicas, todas as medidas que apresentaram em termos setoriais, nesta e naquela área, tinham todos com pensamento último a tentativa de fixar as pessoas no concelho e, por outro lado, de atrair pessoas para o mesmo. Disse que o resultado das eleições foi o que foi, mas não podem abdicar dessa meta, têm de ser capazes de inverter esses números e adotar políticas que efetivamente os invertam, portanto, ao não considerar essa capacidade do executivo, acha que os números que são prognosticados para o futuro não podem ser credíveis a esse ponto, a não ser que não haja capacidade do executivo atual, e dos próximos, de pôr em prática medidas que invertam essa tendência. Referiu que nesse sentido, e mesmo num documento estratégico que pode ser alterado, e sabem que para ser alterado tem que ter os pareceres favoráveis das entidades externas, não podem dar um sinal preci-

RO. 26 ABRIL 2024

Fls. 131

samente no sentido contrário àquilo que é a ideia do executivo, pelo menos é a sua minha ideia, é inverter os números e manter as escolas do concelho em funcionamento em todas as freguesias. Pior do que isso, disse, é prognosticar encerrar a EB2/3 do Couto Mineiro do Pejão, parece-lhe um tiro que não será no pé mas “um tiro no porta-aviões”, porque foi um trabalho de muitos anos, um trabalho árduo para conquistar aquele polo educativo, e fazer este prognóstico nesta data, nem que seja a médio e longo prazo, é dizer que não têm capacidade para mais e rendarem-se um pouco àquilo que são os números do passado, pelo que não pode subscrever esse prognóstico.

Informou que outra coisa que o faz ter esta opinião negativa em relação à Carta Educativa tem a ver com a questão do ensino profissional, que ainda não existe. Recordava que está na Carta Educativa que a perspetiva é a de se criar a longo prazo um polo de ensino profissional no Couto Mineiro do Pejão, em concreto, ponderação de criação de um polo de formação profissional, ou seja, ainda vão ponderar se a médio e longo prazo (no documento diz a longo prazo) vão criar um polo de formação profissional. Salientou que esse é um anseio de muitos Paivense de há muitos anos, pelo que também recordava que durante a campanha eleitoral, não foi há muito tempo, no debate que tiveram neste salão o próprio disse que já tinha tido uma reunião com uma instituição de ensino profissional, e que se vencessem as eleições tinha já o compromisso de uma reunião imediata para começarem a preparar um polo de ensino profissional em Castelo de Paiva e que isso seria no início do mandato, sendo certo que no início do mandato já era tarde; que agora, quando a Carta Educativa refere que ainda vão ponderar a longo prazo a criação de um polo de ensino profissional em Castelo de Paiva, é mesmo a pedir que não possa votar a favor.

Lamentou que depois daquilo que foram dizendo na reunião anterior a Carta Educativa tenha sido remetida para discussão e deliberação sem

alterações, sem ter em conta o que foi dito pelos Vereadores da maioria e da oposição.

Deu nota que deixava esse repto que já foi o que disse da última reunião, e deixava outra vez com maior acuidade até porque, ao que parece, até as Juntas de Freguesia, independentemente dos partidos, têm a mesma opinião: não podem dar um sinal contrário daquilo que deve ser, na sua opinião, a estratégia do executivo para o de futuro; que deixava essa essa nota para ponderarem se é esse o sinal que o executivo em permanência quer dar para o futuro, ou se, todos juntos, podem preparar um documento que lhes abre caminhos para o futuro ser mais risonho e diferente daquilo que é prognosticado na Carta Educativa que lhes é apresentada.

O Vereador Vitor Quintas interveio novamente para dizer que a Carta Educativa propõe a desativação gradual de estabelecimentos de educação e de ensino, pelo que enquanto Paivense e também em função das funções que ocupou enquanto Presidente de Junta, não pode concordar com aquela posição. Disse que esta posição também será transversal a todas as Juntas de Freguesia, pelo menos das pessoas com quem foi contactando, ou seja, os Presidentes de Junta e os elementos das Assembleias de Freguesias estão, se não todos, pelo menos aqueles que o manifestaram, em desacordo com o teor da Carta educativa.

Deu nota que não acredita que o executivo em permanência, ou algum Paivense, queira encerrar escolas, o que querem é o bem do concelho.

Acredita que o documento não tenha um carácter vinculativo, mas a tutela, perante um documento destes em que o Município refere determinadas escolas que pondera encerrar, obviamente que assina por baixo; que não quer dizer que o objetivo da tutela não seja a educação, mas também é uma forma de racionar custos. Referiu que a partir do momento em que o executivo “prescindir” de uma determinada escola, a tutela, mais do que ninguém, sabendo que o Município é sabedor se aquela es-

cola é, ou não, útil para o concelho, obviamente que a encerrará, não acreditando que possam depois reverter essa situação.

Manifestou a sua discordância na concentração de alunos de todas as idades em mega agrupamentos, ou em mega polos, sendo a favor de que os alunos com diferentes graus de ensino sejam separados dos demais.

Defendeu que além de tudo o que já disse, vão também promover no concelho a perda de identidade das freguesias: uma freguesia como Paraíso, como Real, que são rurais, ao perderem o estabelecimento de ensino acabam por perder a sua a sua própria identidade. Disse que os alunos que lá estudaram, e o próprio estudou na freguesia de Real, identificam-se com as freguesias; se o próprio, porventura, não tivesse lá estudado, muito provavelmente não teria identificação nenhuma.

Também defendeu que vão criar outro problema que é a concentração desmedida de população em terminados locais do concelho e continuar a perder população como têm perdido noutras freguesias, nomeadamente aquelas que são mais rurais.

Referindo-se à “ELH - Estratégia Local de Habitação”, disse que para além da capacidade do executivo para perspetivar o futuro e para criar condições para que a população de Castelo Paiva fique no concelho, e que possam atrair outra população para aqui viver, têm outra situação ligada àquela estratégia que se prende com o facto de estarem a construir fogos em determinados locais que agora, se calhar, tendo em conta o plano, vão perder as escolas, ou seja, a situação em si, hoje, não será a mesma daqui a meio ano ou daqui a um ano, e se vão efetivamente perder essas escolas nesses locais onde até vão construir bastantes fogos, tudo isso já se vai alterar.

Concluiu, defendendo que era de responder ao teor da Carta Educativa, e se há a possibilidade de se fazer alterações, nomeadamente discutindo o documento com os autarcas das Juntas de Freguesia, acha que seria prudente para melhorar o teor da Carta Educativa a bem de Castelo de Paiva e dos Paivenses.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que ia passar a palavra ao Dr. Ricardo Agostinho para responder às questões que foram colocados.

Antes disso, referiu que sem dúvida que se trata de um documento estratégico, sendo que recordava, porque é a realidade, que é um documento estratégico que foi aprovado em 2006, teve a sua caducidade em 2016, e estão em 2024 e não têm Carta da Educativa, pelo que também tem que se assumir aquilo que não foi feito. Disse que a lei refere que é um documento obrigatório, revisto de 10 em 10 anos, pelo que passados 8 anos, concorde-se, ou não se concorde com os números que lhes são apresentados, neste momento é a realidade dos factos.

Realçou que não há nenhum Presidente de Junta, não há nenhum Presidente de Câmara, não há nenhum Vereador que queira fechar escolas, estão todos de acordo, mas não é a Câmara Municipal que fecha as escolas, podem-se pronunciar favorável ou desfavoravelmente, mas a decisão é sempre do Ministério da Educação e da “Dgeste”. Referiu que quando têm dois alunos matriculados numa escola, havendo ou não havendo Carta Educativa, questionou se o vão deixar abrir essa escola, se é a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal que conseguem impedir esse encerramento para estarem duas crianças naquela escola: a realidade é a realidade dos números, por muito que lhes custe.

Defendeu que sendo eleitos e estando a exercer funções, compete ao executivo analisar os números e perceber que é necessária uma reversão, dai dizer que a Carta Educativa é um documento orientador caso não haja a reversão dos indicadores que são ali analisados.

Concordou que é vontade de todos nós, a propósito da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, a propósito da implantação e ampliação de novas indústrias, que haja um aumento da população e, consequentemente, um aumento de natalidade.

Informou que estamos a analisar com a “Dgeste” a abertura de mais uma sala em Real que não está prevista na Carta de Educativa, porque ha-

vendo crianças e jovens que o justifiquem é claramente algo que tem de ser analisado.

Deu nota que já o anterior executivo, está escrito em documentos oficiais, designadamente na candidatura efetuada para a requalificação da antiga escola EB2/3 e na candidatura realizada para a requalificação da EB1 de Oliveira do Arda, defendia que não conseguindo reverter a situação havia a necessidade de juntar todas as escolas das freguesias do Couto Mineiro do Pejão num só polo em Oliveira do Arda. Disse que não foi o Presidente José Rocha que assinou aquele documento, não foi este executivo que assinou o documento, não foi este executivo que candidatou aquela escola.

Salientou que não percebe que se prefira fazer política em vez de se enfrentar os números, porque os números são o que são, tendo reiterado que ninguém quer o encerramento de escolas, mas a realidade é que passaram de 2012 para 2023, no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva de 2.311 alunos para 1.678 alunos, e no Couto Mineiro do Pejão passaram de 620 alunos para 294 alunos; que o segundo ciclo no Couto Mineiro do Pejão tem neste momento cerca de 140 alunos.

Acredita que a realização das grandes obras de ligação viária, para além da fixação e ampliação de indústria e criação de emprego, são fatores que irão trazer mais gente para Castelo de Paiva, e que isso já se vê no aumento do interesse na construção de propriedades horizontais, de moradias unifamiliares, pelo que essa reversão já está a existir.

Relembra que a Carta Educativa foi retificada pela “Dgeste” para obter o parecer favorável, tal como foi aprovada por unanimidade no Conselho Municipal da Educação, por isso é que está aqui para aprovação, porque teve de passar por todos os trâmites necessários.

Defendeu que têm de deixar de uma vez por todas de andar com políticas e partir para a ação para tentarem reverter uma situação que já vem desde 2013 até 2023, desde que caducou a Carta Educativa em 2016, e que ninguém fez nada.

Salientou que o Estado se baseia em números, e nem eles, nem os técnicos, conseguem inventar números: até agora, no total dos dois agrupamentos perderam-se 1000 alunos, tendo questionado como é que vão conseguir arranjar 300 alunos no espaço de um ano.

Informou que a vontade da “Dgeste” seria a de encerrar a escola da Póvoa e Casal da Renda, tendo o parecer do Município sido desfavorável para aguentarem o mais possível todas as escolas em funcionamento, e o Município faz esforços para que isso aconteça, designadamente ao transportar alunos da Raiva para Casal da Renda apesar de existir uma escola na Raiva e uma escola nova em Oliveira do Arda. Disse que o mais fácil seria desistir desta escola até pelo esforço e pelo sacrifício que essas crianças fazem, porque certamente será mais fácil ir da Raiva para Oliveira do Arda, ou manterem-se na escola da Raiva do que irem para Casal da Renda, tendo manifestado a sua admiração e agradecimento aos encarregados de educação que compreenderam a necessidade de manter aquela escola.

Salientou que é muito fácil dizer-se que já não querem saber das nove freguesias; que agora querem encerrar as escolas todas; que chegam a insinuar que querem fechar a extensão de saúde de Oliveira do Arda, não deixando de ser política demagógica.

Reiterou que têm de olhar para os números, refletir sobre eles e revertê-los, esperando que daqui a 2, 3 ou 4 anos possam ter na mesma um centro de formação profissional a funcionar em Castelo de Paiva, não na escola do Couto Mineiro do Pejão, mas noutro local, até porque nunca escondeu a sua intenção de que o Município consiga recuperar e tomar posse, ou ser proprietário do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, podendo este ser uma solução para um centro de formação profissional.

Realçou que ninguém quer encerrar o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, mas com 140 alunos, pensa que é uma situação preocupante, mas é preciso ter coragem, é preciso decidir na altura certa, dai

que convenha rever documentos estruturais que têm prazos, porque o que estão a debater em 2024 devia ter sido debatido em 2016, tendo questionado quantas escolas teve que fechar o Presidente Gonçalo Rocha, o Presidente Paulo Teixeira (terá sido por vontade deles, questionou), não falando dos anteriores porque esses tiveram que as construir: a escola de Sá, a escola de Folgoso, entre outras. Disse que em 6 anos, salvo erro, foram 8 as EB1 que encerraram, só no último mandato do anterior Presidente Paulo Teixeira foram encerradas outras tantas: no Gilde, na Mó, Almansor, Gondra, Gaído, tendo questionado se também era intenção dos Presidentes de Câmara da altura de abandonar essas populações, ou, se calhar, era o mesmo problema com que se debatem hoje que é a baixa natalidade, ou seja, o problema é não haver crianças para matricular, porque uma escola sem crianças não pode funcionar.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dizer que no último debate que tiveram sobre este assunto, alguns vereadores questionaram com quem poderiam falar ou recolher dados sobre esta matéria, mas, pelo que sabe, o Gabinete de Educação não foi consultado sobre o assunto. Entende que com base na informação que está na Carta Educativa, e com o tempo que tiveram para analisar o documento com mais pormenor, os Senhores Vereadores terão ficado devidamente esclarecidos.

Realçou que não conseguem manter escolas abertas sem que haja crianças que as frequentem. Disse que os dados para o próximo ano continuam a não ser satisfatórios naquelas freguesias que acabam por ter menos frequência de crianças, mas ainda assim, e tal como o Sr. Presidente da Câmara informou, o executivo em permanência foi confrontado em março deste ano com uma notificação da "Dgeste" a propor o encerramento da Escola Básica da Póvoa e, em simultâneo, da Escola Básica de Casal de Renda. Naturalmente, disse, o Conselho Municipal de Educação, juntamente com a posição do executivo em permanência, tomou a decisão de não autorizar e não deixar que isso aconteça e, ao mesmo

tempo, a forma de ir mitigando os números que são diminutos por salas e por turmas, de forma a que não haja o encerramento de escolas, algo que acaba por ser difícil de continuar a evitar.

Deu o seguinte exemplo: a escola de Casal de Renda, se tudo correr de acordo com as projeções, vai ter uma turma mista de terceiro e quarto ano com três alunos, e vai ter um JI com cinco crianças; no ano letivo 2025/2026 só vai haver uma criança para criar uma turma do primeiro ano naquela escola, pelo que pedia que lhe explicassem como é que consegue justificar na “Dgeste” a criação de uma turma de primeiro ano com apenas uma criança em Casal da Renda para que a escola não encerre; ou então, aquela criança vai ter de ter menos atenção do docente porque vai ser junta a turma que vai transitar do terceiro para o quarto ano, achando que isso não é correto.

Salientou que hoje em dia os agregados familiares procuram estabelecimentos de ensino que lhes possam garantir uma maior retaguarda no acompanhamento dos seus educandos, designadamente aquelas valências extra período letivo que garantem que há alguém que possa ficar com os filhos logo a partir das 7:00h até às 19:00h. Disse que nem sempre os parceiros da Câmara Municipal com quem vão tentando dar estas respostas nas diversas escolas conseguem garantir esse serviço; que há crianças no concelho que passam horas em viagem dentro das carrinhas. Realçou que não era isto que queriam comunicar à população, mas são estes os dados que têm, sendo que não quer dizer que o que está projetado a médio e longo prazo vá acontecer; que também não é um cheque em branco passado à “Dgeste”, porque não estão aqui só a fazer papel de corpo presente, uma vez que quando também têm de dizer que não, dizem que não, mas contra factos não há argumentos.

Deu nota que fez questão de estar na Assembleia de Freguesia da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso para esclarecer os membros sobre este assunto e que no final acabaram por subscrever a tomada de posição da União de Freguesias, mas alguns subscreveram não concordando com tudo o que

está no documento depois de lhes explicar a perspetiva deste executivo ao nível da educação, de lhes apresentar os números e de lhes explicar porque é que as coisas estão a acontecer.

Realçou que ninguém está a dizer que vai abandonar o Agrupamento de Escolas do Couto mineiro Pejão, gostariam muito que no próximo ano letivo tivessem mais 20 ou 30 alunos, mas atualmente há 93 alunos em todo o primeiro ciclo. Referiu que já aqui tinha dado a devida explicação: para que o primeiro ciclo seja alimentado só há entrada de crianças de 6 em 6 anos, se ocorrerem nascimentos em Castelo Paiva, ou se vierem pessoas para o concelho com crianças com idade para integrar a comunidade escolar; que daqui a 6 anos, quando estes 93 alunos deixarem de estar no primeiro ciclo, vão existir 19 alunos que agora estão no pré-escolar, dá uma turma. Disse que ainda no sábado passado esteve na Assembleia de Freguesia de Real e o Sr. Presidente da Junta disse-lhe que até Abril não teve um único nascimento na freguesia, pelo que questionava como é que consegue manter as escolas abertas se não há crianças a nascer.

Deu nota que na última reunião também pediu ao Sr. Presidente da Câmara para se retirar o ponto porque achava que os Senhores Vereadores iam querer mais esclarecimentos da parte do Gabinete de Educação, mas pelos visto não foi necessário; se calhar, naquela altura já estavam na posse de toda a informação necessária para tomar a decisão, não valia a pena estar a adiar um mês para decidirem sobre esta matéria.

Salientou que com todo o respeito que tem pelos eleitos do PS, sabem que o tem porque isto é meramente trabalho de eleitos, não é nada pessoal, quando tomou conhecimento que a União de Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso ia tomar a referida posição sobre a Carta Educativa, pese embora ela seja conhecida, é pública, porque foi remetida aos membros do PS que, naturalmente, a partilharam com os seus eleitos, ficou surpreendida com aquela tomada de posição. Referiu que quando se deslocou àquela Assembleia de Freguesia perguntou ao executivo

atual, que era o atual executivo entre 2017 e 2019, se tinhiam sido auscultados quando o executivo anterior, em 2019, decidiu avançar com uma candidatura para a requalificação da EB1 de Oliveira do Arda, tendo eles respondido que nem sim, nem não, não lhe explicaram muito bem (às tantas não quiseram dizer).

Realçou que não podem nas candidaturas que fazem, naquilo que comunicam com outras entidades, com as autoridades que estão a validar os fundos comunitários para investir nos territórios e que têm metas a atingir, deparar-se com a informação que consta nos pontos 2, 3 e 4 na justificação dos objetivos e das metas dessa candidatura, que citou: “... *a operação justifica-se pela necessidade de criar uma infraestrutura capaz de juntar num só espaço todos os alunos do primeiro ciclo daquela área geográfica. Por isso, visa essencialmente a modernização e ampliação de um edifício escolar que devido à sua idade encontra-se desatualizado e desajustado à nova realidade e, por isso, pretende criar condições para que receba os alunos dos quatro anos do primeiro ciclo com todas as condições e mais valências de estudo. A meta desta operação é juntar todos os alunos dos quatro anos do primeiro ciclo num só espaço, uma vez que se encontram divididos por diversas escolas primárias.*” Realçou que o que o executivo em permanência está hoje a apresentar, pelos vistos, também já foi equacionado pelo anterior executivo; se calhar o anterior executivo entre 2017 e 2021, quando em 2019 preparou aquela candidatura, também já tinha chegado à mesma conclusão a que este executivo chegou: há poucas crianças, não há forma de manter as escolas todas abertas, e o que vai infelizmente ter que acontecer é que em períodos em que o número de crianças seja diminuto, estas tenham que ser concentradas num local.

Defendeu que também andam a fazer uma coisa que não é correta para a comunidade e que, isso sim, é criar assimetrias: o concelho tem alunos numa escola totalmente nova, a EB1 de Oliveira do Arda, totalmente equipada, com acesso a todo o conteúdo digital, e depois têm alunos que

estão em escolas como a da Póvoa, Casal da Renda, Raiva, que se situam em edifícios com algumas carências a nível infraestrutural, onde não estão reunidas condições para poderem instalar equipamentos de multimédia, em que algumas já têm quadros interativos e outras ainda tem quadros de lousa.

Referiu que é uma matéria difícil, tendo questionado o que é que querem que o executivo em permanência mude no documento quando contra factos não há argumentos.

Realçou também que há municípios que tiveram que encerrar escolas por falta de alunos, e decorrido um período de tempo voltaram a ter mais alunos e perceberam que as escolas que tinham em funcionamento estavam sobrelotadas, pelo que tiveram de propor às entidades competentes a abertura de novas escolas para acolher esses alunos; se alguém acredita que se na região do Couto Mineiro Pejão existirem 200 alunos no primeiro ciclo, que vão propor às entidades competentes a colocação desses 200 alunos na EB1 de Oliveira do Arda que só tem capacidade para 100 alunos (ninguém vai acreditar que vão fazer isso).

Salientou que este é um problema que é transversal não só a Castelo de Paiva, mas a outros territórios, são questões com as quais todos os autarcas hoje em dia se debatem e, portanto, a Carta Educativa é um documento estratégico no sentido em que o que lá está não vai acontecer “ipsis verbis” no futuro, porque se estão todos a trabalhar para melhorar o concelho, se querem todos atrair pessoas, se querem todos melhores condições de vida, é óbvio que não vão encerrar as escolas e concentrar tudo em três polos escolares. Referiu que se houver uma maior afluência de pessoas para Castelo de Paiva, têm que redefinir a sua estratégia, e têm conhecimento de outros autarcas que tendo a Carta Educativa uma validade de 10 anos, esta está ser acompanhada anualmente e ao fim, se calhar, de 6 anos, já está a ser revista, porque ao fim desse tempo já estava desajustada e isso pode acontecer em Castelo de Paiva.

O Dr. Ricardo Agostinho interveio novamente para dizer que muitas das questões já foram respondidas por Sr. Presidente da Câmara e pela Vereadora Liliana Vieira, pelo que vai reforçar e dar um cunho técnico ao assunto, procurando também recuperar alguns dos contributos que foram sendo dados.

Salientou que a Carta Educativa é um documento vinculativo, obviamente, mas é um documento que tal como a Vereadora Liliana Vieira referiu, permite e obriga a que seja feita uma avaliação anual contínua sobre a implementação do mesmo e sobre a viabilidade e a assertividade das propostas que nele estão inscritas. Referiu que nessa monitorização obrigatória que terá que ser cuidada, se perceberem que há tendências evolutivas que se alteraram para melhor ou para pior, há que reajustar o documento, portanto, sendo um documento vinculativo, pode ser alterado sempre que as condições de contexto assim o justifiquem, sendo depois reavaliado pela “Dgeste” e passando novamente pelo percurso que está a percorrer neste momento. Deu nota que tal como referiu a Vereadora Liliana Vieira, e até pela experiência que tem de outros processos que estão a acompanhar, há territórios que passados 5/6 anos estão a fazer essa alteração, recordando-se de um que é a realidade oposta, ou seja, um Município do litoral com uma dinâmica demográfica que em 2017/2018, quando foi feita a primeira revisão da Carta educativa, tinha algumas tendências de perda populacional e, entretanto, a dinâmica alterou-se completamente, está quase a ser um concelho satélite de uma cidade maior derivado das questões que resultaram das alterações do preço da habitação e está a ser alvo de procura para fins habitacionais com o reflexo que isso tem nas escolas. Referiu que associado a isso há também a fixação de população imigrante, ou seja, de população estrangeira que se fixa e que traz também crianças para as escolas, o que obrigou a que num espaço de 5/6 anos a Carta Educativa ficasse obsoleta naquilo que estava previsto ao nível, inclusive, do encerramento de escolas. Disse que neste momento o objetivo desse Município é abrir mais escolas e

criar mais oferta, estando a sua empresa a trabalhar com o Município nesse sentido ainda antes de perfazer os 10 anos obrigatórios por lei para a revisão da Carta educativa. Portanto, disse, tudo isto para dizer que é possível, expectável e aconselhável que seja feita essa monitorização, e se dessa monitorização e avaliação resultar numa atualização e revisão da Carta educativa que assim o seja, e que seja bom sinal se essa revisão for feita precisamente como reflexo de uma atração e fixação de população no território, algo que neste momento não se verifica: os números são o que são e, obviamente, agarram-se sobretudo aos indicadores estatísticos, aos números quer do contexto geral, quer do próprio diagnóstico educativo, daquilo que são os números de inscritos, e é com base nisso que trabalham e fazem as projeções, sendo que há variáveis que não são ponderáveis e que não conseguem de alguma forma projetar nessas projeções. Deu o exemplo, imaginário, da instalação de uma unidade industrial que estará prevista para um curto espaço de tempo que vai criar 400 a 500 postos de trabalho e com isso vai atrair população. Disse que essa é uma das variáveis que a qualquer momento pode fazer mexer as dinâmicas demográficas; outra é, por exemplo, a questão das acessibilidades, ou seja, a melhoria das acessibilidades rodoviárias poderá permitir também uma maior atratividade e fixação de pessoas no concelho, e isso pode também fazer alterar esses indicadores. Mas, disse, isso são números que não conseguem projetar a esta distância e com eles poder contribuir para essa projeção; que para as projeções que foram elaboradas, conseguiram agarrar nos números que já existem e que projetaram para o futuro, mas sobretudo focados naquilo que é a população estudantil, a população residente, a entrada e a saída de população, como a questão da migração que foi referida, ou seja, o cenário de projeção demográfica que tinha como variável também a migração é ainda mais negativo, precisamente porque as tendências dos últimos anos revelam que o território não tem tido essa capacidade de atrair e de fixar famílias, pelo que o grande objetivo é inverter essa tendência, e por isso a Carta

Educativa tem um conjunto de outras medidas que são meramente indicativas, mas que são caminhos que são apontados para inverter esse cenário. Referiu que há de haver outras que estão vertidas, por exemplo nas questões relacionadas com a habitação, com o desenvolvimento económico, as acessibilidades, que contribuam para inverter esse cenário, mas isso são cenários meramente especulativos, e os cenários moderadamente reais com os quais conseguiram trabalhar sustentam-se nos indicadores de população dos últimos anos e aqueles que se podem projetar para o futuro seguindo essas tendências; se houver algo que altere essas tendências, é por isso que se fará a monitorização anual e a reavaliação daquilo que for necessário alterar.

Relativamente ao número de inscritos, disse que houve realmente uma tendência de ganho que depois se reflete numa tendência de perda de população, porque o número de inscritos também se sustenta muito nos números relacionados com as famílias, ou seja, se têm uma perda de população residente, à partida essa população residente é que estará na base da geração de novos inscritos nas escolas, portanto só a diminuição do número de inscritos vai estar diretamente associado à redução da própria população residente. Disse que os indicadores da população residente têm sido de quebra contínua ao longo dos últimos anos e dos últimos períodos censitários, pelo que associado a essa perda de população residente, obviamente que o número de inscritos vai também acompanhar essa perda, precisamente também porque uma criança entra no primeiro ciclo do ensino básico passados 6 anos, ou seja, a perda de população residente vai manifestar-se no número de inscritos com essa *décalage* de 6 anos quer para o positivo, quer para o negativo. Portanto, referiu, há sempre este balanço entre a população residente e a população estudantil que pode não acompanhar exatamente as mesmas tendências, mas que a médio prazo vão acompanhar, porque sem pais não há crianças para frequentar as escolas.

Salientou que não é passar um cheque em branco à “Dgeste”, é procurar garantir ao máximo aquilo que é a posição mais conservadora e sempre de ganhos de sustentabilidade e gestão dos recursos da tutela. Referiu que se forem olhar àquilo que são os rácios obrigatórios para garantir que as escolas são sustentáveis, certamente que algumas das escolas que neste momento ainda estão abertas já estariam encerradas, dai que há esse esforço que os municípios terão de fazer continuamente sobre a tutela para evitar o encerramento de escolas que, muitas vezes, olhando meramente para a frieza dos números, já estariam encerradas pela falta de recursos de manutenção dessas escolas. Disse que há situações de que têm conhecimento em virtude de trabalhos que acompanham em que se “aguenta” a continuidade de algumas escolas, precisamente por questões de mera coesão territorial, ou seja, estão a falar de núcleos nos quais a permanência daquela escola aberta é fundamental para garantir a mínima coesão territorial daquele território, por questões relacionadas com as acessibilidades e de afastamento da sede do concelho, isto é, questões de isolamento muito mais proeminentes do que aquelas que se vivem em Castelo de Paiva e, nessas situações, a tutela tem mais alguma capacidade para não obrigar ao encerramento de determinada escola, mas são questões pontuais. Realçou que essa luta será travada pelo executivo, procurar não ir de encontro àquilo que certamente a “Dgeste” já estará a pressionar para que aconteça, que é o encerramento baseado em rácios mínimos de alunos, mas é um trabalho contínuo, é um trabalho que estando previstos estes números e estas tendências não quer dizer que seja aquilo que a “Dgeste” obrigará, ou aquilo que o Município aceitará, pelo que é algo que será avaliado ao longo do tempo e alterado, ou não, consoante aquilo que seja a tendência.

Deu nota de uma tendência que é transversal e que é o facto de ao garantirem a manutenção de determinado equipamento escolar do primeiro ciclo ou mesmo do ensino pré-escolar nas freguesias, não é garante que as poucas crianças e os poucos pais que ainda vivem naquelas freguesias

vão deixar as crianças naquelas escolas. Referiu que muitas vezes os pais preferem, sobretudo os que trabalham na sede da freguesia, ou até em concelhos vizinhos, levar os filhos e inscrevê-los numa escola fora da sua freguesia, fora do núcleo onde habitam, do que inscrevê-los na escola da sua área de residência por questões práticas, por questões relacionadas com qualidade das instalações educativas, sendo um fenómeno que é cada vez mais observado.

Salientou que há todo um conjunto de dinâmicas que têm a ver com números, que têm a ver com tendências das próprias famílias, dos próprios movimentos, que obriga a que por mais vontade que haja de não verem as escolas fechadas e de se perder o bastião para garantir a presença de crianças em determinados lugares, a frieza dos números muitas vezes obriga a que se tenha que olhar de outra forma para essas dinâmicas e a tomar decisões que serão mais, ou menos, confortáveis; que é com base nesses cenários a médio e a longo prazo que estão vertidas no documento algumas dessas intenções, que mais uma vez reforçava, são intenções que podem ser invertidas consoante as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento social, económico e demográfico que venham a incutir no território, e que certamente fazem parte dos objetivos de quem gere os destinos deste território, de quem contribui para o seu crescimento e desenvolvimento.

O Vereador Ricardo Jorge interveio novamente para dizer que lhe parece que estão a chegar ao cerne da questão: que esta é uma questão mais ampla, é uma questão de sobrevivência do concelho (fartou-se de falar nisso). Disse que é uma questão mais ampla, porque perante uma questão de sobrevivência do concelho, têm de ter um plano de emergência e, no meio desse plano de emergência, todas as medidas propostas pelos membros do executivo tinham esse fim último. Referiu que nesse plano de emergência, se há pergunta que o Sr. Presidente da Câmara não pode fazer, é com base em quê; o Sr. Presidente da Câmara tem de ser o primeiro a saber responder a esta pergunta.

Referiu que não ia estar a ler todo o programa do seu movimento e as medidas que respondiam a esse plano de emergência, mas ainda há pouco falou na questão do ensino profissional, de que pelo menos arrancar com as diligências no sentido de o tentar conseguir já era para ontem, pelo que deviam começar hoje. Disse que não crer que numa carta destas se pondere a longo prazo criar, ou não, referindo que isso é um sinal completamente errado.

Deu nota que quando a Vereadora Liliana Vieira perguntou o que é que os Senhores Vereadores queriam que se alterasse, que a resposta passava por aqui, ou seja, se o ensino profissional é algo que querem, podendo conseguir, ou não, mas é algo que querem, questionou porque é que na Carta educativa em vez de se pôr a expressão “ponderar a longo prazo criar”, se coloca antes a expressão “começar de imediato a diligenciar no sentido da criação de um polo de ensino profissional.”

Concluiu, como nota de rodapé, referindo que dado que tudo é feito de sinais, nem todos os membros do executivo deram ainda o contributo que podem dar em termos de reforço da taxa de natalidade, por isso cada um sabe de si, mas é um sinal, fica a dica.

O Dr. Ricardo Agostinho usou novamente a palavra para esclarecer que relativamente à proposta de criação de um polo de ensino profissional, que o documento quando foi validado pela “Dgeste” deu azo a alguns ajustes a questões microscópicas, mas o mais relevante até foi precisamente esse: a primeira versão da Carta Educativa tinha a questão da criação do polo de ensino profissional como uma medida concreta, e uma das recomendações que veio da “Dgeste” foi a de alterar a designação dessa medida com uma hipótese de criação de um polo de ensino profissional, ou seja, aquela entidade não quer entender essa medida como algo concreto, quer que seja vista como uma hipótese de trabalho que pode, ou não, vir a ser concretizada.

O Vereador Ricardo Jorge respondeu que enquanto Vereador com a responsabilidade de aprovar, ou não, esta Carta Educativa, a sua opinião é

completamente contra. Disse que a “Dgeste” lá terá a sua ideia e o seu objetivo último, mas a sua opinião é aquela que expressou.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para, reportando-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente o reparo que fez sobre a discussão que estão a ter à volta de um tema estratégico como este, tentando dar uma carga negativa ao exercício político dizendo “estão a tentar fazer política”. Referiu que fazer política é muito mais do que isso, e aquilo que se exige dos políticos que foram eleitos é que façam política, tomem ações, projetem medidas; é que dentro das suas capacidades, se possível com consensos, tentem adotar aquilo que na sua perspetiva serão as melhores medidas para o nosso território, para as nossas pessoas: fazer política, é isso. Portanto, disse, não podem, até porque os tempos que correm acabam por ser perigosos nas mensagens que vão transmitindo, em particular aos mais novos, dar carga negativa ou conotação negativa àquilo que é o exercício político, porque é nobre, ou devia ser, o exercício de cargos políticos.

Realçou que notou, mantendo o registo, uma alteração valores, ou de referências, entre a anterior reunião e esta: na anterior reunião toda a discussão, toda a defesa que o executivo em permanência fez da Carta Educativa centrou-se na escola da Póvoa, e hoje toda a discussão sobre o documento centrou-se na escola de Casal da Renda. Disse que não é insensível àquilo que é a realidade dos números, à percepção que todos têm de que há um conjunto de territórios que estão deficitários ao nível do crescimento demográfico; a sua freguesia, a freguesia do Paraíso, teve escolas em Gondra, em Almansor, no Choupelo, no Pejão, em Sabariz e, atualmente, tem uma única escola a funcionar; tem a percepção, não é tão velho quanto isso, do que foi a evolução demográfica, mas o que está em causa no documento é muito mais do que isso. Referiu que tal como o Vereador Ricardo Jorge referiu, nomeadamente naquilo que deviam ser aspetos a corrigir, não é só a carga negativa que deve ser dada ao documento, é aquilo que é positivo.

Defendeu que é incompreensível que no documento se aponte o ensino profissional como meta a atingir daqui a 10 anos; que também discorda que no âmbito do ensino da música, pegando no excelente exemplo da Academia de Música de Castelo de Paiva, se aponte como meta a atingir em termos de parcerias para o ensino superior nesta área no concelho como uma medida a longo prazo, para daqui a 10 anos.

Salientou que se os dados estatísticos apontam uma tendência de uma trajetória de diminuição da população, há fatores que são claramente de decisão política que deveriam demonstrar da parte do executivo em permanência a sua capacidade de ação. Disse que o Sr. Presidente da Câmara está a apresentar medidas que mesmo que ficasse no Município durante três mandatos já não ia conseguir realizá-las. Questionou se é isso que se espera de um Presidente de Câmara, é isso que se espera de um executivo, é isso que se espera dos políticos que foram eleitos, querendo acreditar que não. Referiu que em relação ao passado, ao que foi feito e não foi feito, queria fazer um reparo, porque já foi referida mais do que uma vez a questão da eventual responsabilidade do executivo anterior por não ter revisto a Carta Educativa em devido tempo. Primeira nota, disse, isso não os impediu de apresentar candidaturas a fundos comunitários para obras na área do ensino, e o executivo em permanência usou o exemplo da EB1 de Oliveira do Arda, mas podiam usar o exemplo do projeto que estava previsto para a requalificação da EB2/3 de Sobrado que depois não foi feito pelo executivo em permanência.

Defendeu que em relação à EB1 de Oliveira do Arda, o que estava na memória descritiva da candidatura reportava-se à concentração de alunos daquela área geográfica. Referiu que não diz em lado nenhum que era de todos os alunos das três freguesias do Couto Mineiro do Pejão.

Deu nota que ainda em relação à questão do passado, foram confrontados com uma situação (pega nele apenas em termos de exemplo, porque também é um documento estratégico de extrema importância) que era a falta, desde 1994, de revisão do “PDM – Plano Diretor Municipal” do

concelho, ou seja, um défice longo de ação em relação às revisões daquele plano. Disse que pegaram num processo de revisão do “PDM – Plano Diretor Municipal” confrontados com uma alteração legislativa profunda - Lei de Bases de 2014 e o Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial de 2015 -que obrigavam, se fosse a levar à letra o que estava na lei, a uma redução massiva das áreas de construção nos concelhos, entre outras coisas. Referiu que a perspetiva que tiveram no processo de revisão daquele documento estratégico não foi derrotista, pelo contrário, foi de tentar ir à luta junto das entidades e tentar aprovar um documento para o concelho que fosse o melhor possível, sendo isso o que se perspetiva com a Carta Educativa.

Reiterou que não sendo insensível àquilo que são os números deficitários em termos de população do concelho, não deixa de olhar para Castelo de Paiva numa perspetiva otimista. Disse que centrando-se na questão do Couto Mineiro do Pejão, não consegue compreender como é que têm uma zona industrial em Lavagueiras, têm uma zona industrial na Raiva em franco crescimento, há a possibilidade de fixar muito mais pessoas por via da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, e aquilo que se aponta num documento destes, ao invés de valorizar aquilo que pode ser o crescimento do Couto Mineiro do Pejão em termos populacionais, é apontar precisamente o seu inverso; que ainda em relação ao concelho todo, mas de alguma forma também com particular incidência no Couto Mineiro do Pejão, seguramente que o Sr. Presidente da Câmara sabe, como saberão os Senhores Vereadores, que há um conjunto significativo de alunos do concelho, em particular daquele território, que quando da escolha da via profissionalizante optam por estabelecimentos de ensino da área do grande Porto, e optam porque não tem resposta cá. Disse que se sabem disso deviam lutar de imediato para terem um polo de ensino profissional no concelho e não apontar para daqui a 10/15 anos.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra para dizer que têm efetivamente de enfrentar os problemas, e quando diz que não fize-

ram, a realidade é que não fizeram e não cumpriram a lei. Disse que uma das ressalvas que constava no “PDM – Plano Diretor Municipal” era a de não terem a Carta Educativa atualizada, estando-se agora a correr atrás do tempo perdido para cumprir com o que a lei obriga, assim seja permitido.

Reiterou que os números são uma realidade e há a necessidade e a vontade de os inverter, sendo que também lhe parece que não há vontade em ouvir o Dr. Ricardo Agostinho quando este disse que a “Dgeste” não permitiu que se colocasse no texto a criação imediata, ou tentativa de criação imediata, do centro de ensino profissional, porque para colocarem um centro de ensino profissional têm também de ter um espaço condigno onde possa funcionar, conforme o exemplo que deu do “CA-CE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”. Disse que mal consigam resolver esta situação, e espera que este Governo lhes dê uma resposta assertiva no sentido de que possam ali intervir e colocar de imediato um centro de formação profissional.

Reiterou que a tendência tem sido a da redução do número de alunos, o concelho perdeu em 10 anos cerca de 959 alunos nos dois agrupamentos de escolas.

Salientou que a tutela gosta de factos concretos, pelo que ao dizer-se que têm uma fábrica que vai ser construída e pode vir a empregar 100, 200, 300 pessoas, está-se a dizer isso mesmo, “pode vir a”, como pode não vir.

Deu nota que o Vereador José Manuel Carvalho não foi justo no seu comentário sobre o facto de na anterior reunião de Câmara ter falado da escola da Póvoa e agora na de Casal de Renda, porque na sua intervenção falou das duas escolas, falou nas escolas que foram encerradas no passado, escola da Mó, de Gondra e outras.

Salientou que se está a olhar para o concelho como um todo e a fazer todos os esforços para que as escolas não sejam encerradas, para que haja essa sensibilidade por parte da “Dgeste”, tendo reiterado que as es-

colas apenas podem funcionar se houver alunos; que existe a vontade de todo o executivo de não encerrar escolas, mas para isso é necessário continuar a trabalhar, a fazer todos os esforços para fixar pessoas nas freguesias com a “ELH - Estratégia Local de Habitação”, com a promoção do emprego, com a atração de investimento privado, com a necessidade que o concelho tem de uma nova rede viária que já é aguardada há muitos anos e que certamente criará muito mais valor para Castelo de Paiva.

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara colocou à votação o Projeto de Revisão da Carta Educativa.

Nesta altura ausentou-se da reunião e da sala o Vereador Manuel Almeida Junot.

Esta votação teve com resultado três votos a favor dos vereadores do PSD, três votos contra dos vereadores do PS, UCPT e MPM, tendo o Sr. Presidente da Câmara usado o seu voto de qualidade a favor da aprovação da proposta.

Regressou à sala o Vereador Manuel Almeida Junot, justificando a sua ausência pela necessidade de atender uma chamada urgente e de emergência e dizendo não se ter apercebido que era aquele o momento da votação da proposta.

O Vereador José Manuel Carvalho solicitou a repetição da votação, caso contrário estar-se-ia a abrir um precedente muito perigoso.

Face ao ocorrido e estando todos os Senhores Vereadores de acordo, o Sr. Presidente da Câmara, apesar de ter dado nota que não tinha culpa de ao colocar o ponto à votação o Vereador Manuel Almeida Junot tenha saído da sala, e de saber que o ponto vai ser chumbado, colocou, por uma questão de democracia, de liberdade e transparência novamente à votação da proposta da Carta Educativa, já com a presença do membro que se tinha ausentado, tendo-se obtido o seguinte resultado: três votos a favor dos Vereadores do PSD e quatro votos contra dos Vereadores do PS, UCPT e MPM.

Perante este resultado ficou deliberado por maioria não aprovar o Projeto da Carta Educativa do Município de Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da Câmara salientou que ficasse bem claro que não foi por má vontade do Presidente da Câmara, porque estava no seu direito não repetir a votação.

O Vereador Ricardo Jorge usou da palavra para dizer que tinha de se ausentar e que saudava a atitude do Sr. Presidente da Câmara.

O Vereador Manuel Almeida Junot informou que também tinha de se ausentar por motivos pessoais.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para dizer que não era declaração de voto o que ia referir a seguir, que faria apenas um registo que tem a ver com o que acabou de se passar. Disse que todos sabem que nos momentos de votação não pode haver ausências, mas como foi justificado pelo Vereador Manuel Almeida Junot, foi uma situação claramente atípica e, portanto, registava aquilo que foi a ação do Sr. Presidente da Câmara.

O Vereador Vitor Quintas interveio novamente para dizer que vinculava como declaração de voto o conteúdo das intervenções que fez neste ponto.

6. – PROPOSTA DE ADESÃO AO EVENTO “MONTANHAS MÁGICAS – EMTB GRAND TOUR - 2024” – APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Presente a seguinte informação do Gabinete de Cultura e Desporto:
“Considerando que:

É um evento com a organização da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das serras de Montemuro, Arada e Gralheira, em parceria com os Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfaes, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra, seus associados.

“MONTANHAS MÁGICAS – eMTB GRAND TOUR 2024” é um evento de BTT, de aventura, desafio e lazer, de caráter não competitivo, que se destina a explorar e a desfrutar do território Montanhas Mágicas,

através da sua mais recente infraestrutura turístico-desportiva, a Grande Travessia.

Este evento tem as seguintes modalidades de participação:

- Desafio 1 – Grand Tour – Trata-se de um percurso a realizar em 3 dias (18, 19 e 20 de outubro), percorrendo todo o traçado da Grande Travessia das Montanhas Mágicas, o qual se encontra dividido em 14 etapas, num total de 280km. Neste percurso apenas é permitida a utilização de eBikes (bicicletas com assistência elétrica).

- Desafio 2 –Short Tour – Trata-se de um percurso de 1 dia (20 de outubro), desenvolvendo-se, num total de 62km, distribuídos por 2 etapas e uma variante à GR60, a GR60.1. Este percurso é aberto a utilizadores de bicicletas BTT convencionais ou com assistência elétrica.

O Desafio 1 tem o limite máximo de 50 participantes e o Desafio 2, aproximadamente 300 participantes.

No dia 18 de outubro, Castelo de Paiva recebe o percurso referente ao desafio 1, conforme mapa em anexo.

O relevante interesse público que este evento representa para o Concelho ao nível de promoção da prática do desporto e também ao nível da promoção turística do nosso território

Compete à Câmara Municipal de Castelo de Paiva promover e apoiar atividades de âmbito desportivo de interesse para o município, nos termos do previsto na alínea f), do nº.2 do artigo 23º., e nas alíneas o) e u), do nº.1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual

Face ao exposto, propõe-se:

Conforme deliberação tomada pela Adrimag em sua reunião de 10.01.2024, submeter e deliberação da Câmara Municipal a adesão a este evento, bem como ao pagamento da taxa de comparticipação de 5.000,00€(cinco mil euros), e ainda à disponibilização de apoio logístico de recursos humanos nas áreas de turismo, desporto, comunicação, cultura, transportes e proteção civil.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o proposto na informação do Gabinete de Cultura e Desporto.

7. - PORTO/GAIA GRANFONDO – 3.^a EDIÇÃO – EMISSÃO DE PARECER PARA UTILIZAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente uma informação do Gabinete de Cultura e Desporto referente ao assunto em título que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 11 de abril de 2024.

8. - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2023 – CONHECIMENTO.

Presente para conhecimento o Relatório de Atividades das Equipas de Intervenção Permanente referente ao ano de 2023, que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

9. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

- Despacho N.^o 20/GAVP/2024;
- Despacho N.^o 22/GAVP/2024;
- Despacho N.^o 23/GAVP/2024;
- Despacho N.^o 24/GAVP/2024;
- Despachos proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara em uso de competência delegada na área do urbanismo.

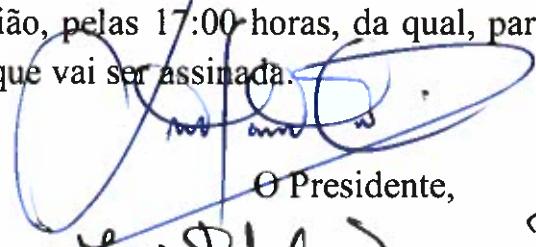
PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

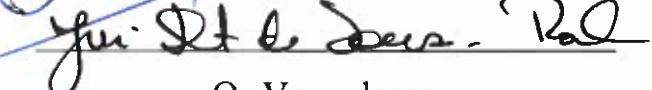
Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

RO. 26 ABRIL 2024

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 17:00 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, , a redigi e subscrevi.

O Presidente,


Os Vereadores,
